

DIRETORIA LEGISLATIVA
DRP
Votação no Plenário
EM: 16/10/17 Ass: _____
Situação: 10ª Comissão
Responsável: DARLEM



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL

Nº 111/2017

Fls. nº

Assinatura

GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO

3ª COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 111/2017

AUTORIA: VER. RAULZINHO

EMENTA: DISPÕE sobre a proibição do abastecimento de Gás Natural Veicular – GNV, na forma que menciona, e dá outras providências.

PARECER

Versam os presentes autos acerca de Projeto de Lei, da lavra do Edil Vereador Raulzinho, o qual “**DISPÕE** sobre a proibição de abastecimento de Gás Natural Veicular – GNV, na forma que menciona, e dá outras providências”.

O autor justifica a propositura na repercussão nacional da explosão de veículos abastecidos com Gás Natural Veicular – GNV. Apresenta a proposta com o intuito minimizar e prevenir acidentes desta natureza.

A propositura foi deliberada e encaminhada para a Procuradoria Legislativa no dia 30/05/2017 para a devida emissão de parecer, que após análise, manifestou-se favoravelmente a tramitação da Propositura.

Recebida na 2.º Comissão de Constituição, Justiça e Redação, foi distribuída a Relatora, Vereadora Professora Jacqueline, na data de 07/06/2017 para a devida emissão de parecer, que após análise, manifestou-se favorável a tramitação da Propositura.

Encaminhado a 3ª Comissão de Finanças, Economia e Orçamento - CFEO, foi distribuída a este Relator, na data de 15/03/2017.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO
3ª COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL

Nº 11112017

Fls. nº

Assinatura

É o relatório, sucinto.

Passo a opinar.

Inicialmente cumpre manifestar a competência desta Comissão, consoante art. 39 do Regimento Interno desta Casa:

Art. 39. À Comissão de Finanças, Economia e Orçamento compete:

I – opinar sobre matéria financeira e fiscal, tributação e arrecadação, empréstimos públicos, proposições que importem em aumento ou redução da despesa pública, aspecto financeiro de qualquer propositura, processos de tomadas de contas, projetos de abertura de créditos adicionais oriundos do Executivo, representações do Tribunal de Contas, planos e programas de desenvolvimento local, e os referentes à abertura de créditos, pelo Executivo; **(grifo nosso)**

II – analisar, após exame pelas demais Comissões, programas que lhe disserem respeito, e requisitar informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas de órgãos e entidades da Administração, nos termos da legislação em vigor;



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO
3ª COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL

Nº 111/2017

Fls. nº

Assinatura

III – tratar dos assuntos referentes ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos anuais e à Lei Orgânica do Município de Manaus com relação aos aspectos econômico-financeiros, bem como acompanhar a execução orçamentária, podendo propor ou receber indicações orçamentárias oriundas das comunidades e encaminhá-las ao Executivo;

IV – analisar a execução do orçamento público, examinando criteriosamente os dispêndios e a observância dos percentuais legalmente estabelecidos para cada área da Gestão Pública Municipal;

V – analisar as contas da Prefeitura de Manaus, das Secretarias e dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e de todos aqueles que gerenciem bens ou recursos públicos, notadamente quando houver indício de ilicitude.

Parágrafo único. A Comissão poderá convidar Prefeito e ex-prefeito durante o processo de exame de aprovação ou rejeição de contas. O convite poderá ser estendido ao relator do parecer das contas no Tribunal de Contas do Estado (TCE/AM),



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO
3ª COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL

Nº 1111/2017

Fis. nº

Assinatura

bastando solicitação de um vereador quando encontrar
indício de ilicitude ou dúvida no parecer emitido pelo TCE.

Neste caso, fácil é perceber que a propositura
reveste-se de interesse público local e está amparada pela Constituição
Federal em seu artigo 30, inciso I, em relação à competência municipal de
legislar:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

...

Na mesma esteira o Art. 8º, inciso I, da LOMAN, que
assim estabelece:

Art. 8º. Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

...

Analisando os dispositivos apresentados no referido
Projeto não vislumbro qualquer violação a legislação no que tange a aumento
de despesas o que fundamenta a minha posição pela continuidade da
tramitação da propositura.

Com o escopo de dar maior efetividade ao Artigo 3º
do Projeto em tela, sugiro que o autor ou a Comissão apresente uma emenda
para dispor sobre qual é o Ente responsável na aplicação da multa e/ou
reincidência.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DO VEREADOR GILMAR NASCIMENTO
3ª COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO

CMM/DICOM/DECOM

Propositura: PL

Nº 111/2017

Fls. nº

Assinatura Gilmar

Ex positis, entendo que a presente propositura possa ser aprovada no seio da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento uma vez que não gera dispêndios para o Executivo, motivo pelo qual sou de parecer **FAVORÁVEL** a sua tramitação nesta augusta Casa Legislativa.

Manaus, 15, de agosto de 2017

Ver. Gilmar Nascimento (PSD)

Relator

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprovado o parecer FAVORÁVEL
por TOTALIDADE
dos PRESENTES
em 29 / 08 / 2017
Obs: